

## **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, XXIII, "a", da Lei nº 14.133/2021; art. 9º, inciso I, da IN SEGES/ME nº 81/2022)**

Constitui objeto da presente licitação a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Medicina do Trabalho e apoio técnico em Saúde e Segurança do Trabalho (SST)**, destinados ao atendimento das necessidades da **Fundação Hospital Frei Gabriel**, compreendendo a execução continuada de serviços técnicos, operacionais, assistenciais e documentais indispensáveis à conformidade trabalhista, previdenciária, ocupacional e administrativa da instituição.

A contratação abrangerá, de forma integrada e sob demanda da Administração, os seguintes serviços especializados:

- **elaboração, implementação, atualização, coordenação e gestão do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO);**
- **realização, em parceria técnica com o SESMT da Fundação, da elaboração, revisão, atualização e suporte técnico aos documentos de Saúde e Segurança do Trabalho, especialmente:**
  - **Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR/GRO;**
  - **Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT;**
  - **Análise Ergonômica do Trabalho – AET;**
- **prestação de assessoria técnica continuada em Saúde e Segurança do Trabalho**, com emissão de relatórios, pareceres, orientações e suporte à tomada de decisão administrativa;
- **realização de exames médicos ocupacionais admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, mudança de função e demissionais**, com a correspondente **emissão de Atestados de Saúde Ocupacional (ASOs)**;
- **validação técnica de atestados médicos**, conforme fluxos internos e normativos definidos pela Administração;
- **gestão, conferência, geração, transmissão, retificação e suporte técnico dos eventos S-2220 e S-2240 no eSocial**, garantindo conformidade legal, tempestividade e integridade das informações prestadas;
- **apoio técnico à Administração em temas correlatos à saúde ocupacional, prevenção de riscos, passivos trabalhistas e conformidade previdenciária.**

Os serviços deverão ser executados em estrita observância à **CLT, às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho (especialmente NR-1, NR-7, NR-17 e NR-32), às normas previdenciárias aplicáveis e às obrigações acessórias do eSocial**, bem como às rotinas específicas do ambiente hospitalar.

A contratação terá **vigência inicial de 12 (doze) meses**, contados da assinatura do instrumento contratual, **com fundamento no art. 106 da Lei nº 14.133/2021**, por se tratar de serviço de natureza contínua, **admitidas prorrogações sucessivas, nos termos do art. 107, até o limite máximo de 10 (dez) anos**, desde que demonstradas, em cada renovação, a vantajosidade, a manutenção da necessidade administrativa e a disponibilidade orçamentária.

A execução do objeto deverá assegurar **continuidade operacional, conformidade normativa, qualidade técnica dos laudos e segurança jurídica da Administração**, considerando a criticidade do ambiente hospitalar e os riscos ocupacionais inerentes às atividades assistenciais.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, "b", da Lei nº 14.133/2021; art. 9º, inciso II, da IN SEGES/ME nº 81/2022)**

A presente contratação encontra-se **devidamente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) constante dos autos**, o qual demonstrou, de forma técnica, econômica e operacional, que a solução mais adequada para atendimento da necessidade administrativa consiste na **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Medicina do Trabalho e apoio técnico em Saúde e Segurança do Trabalho (SST)**.

O estudo realizado evidenciou a **inviabilidade técnica, econômica e administrativa da internalização integral da solução por equipe própria**, especialmente quanto à manutenção permanente de profissionais médicos especializados em saúde ocupacional, engenheiros de segurança do trabalho e estrutura operacional apta à execução dos serviços complementares exigidos pelo objeto, tais como:

- gestão e coordenação do **PCMSO**;
- realização de exames ocupacionais e emissão de **ASOs**;
- elaboração e atualização de **PGR/GRO, LTCAT e AET**;
- assessoria técnica continuada em SST;
- suporte técnico à gestão dos eventos **S-2220 e S-2240 do eSocial**;
- emissão de laudos, pareceres e relatórios técnicos especializados.

Conforme consignado no ETP, a **Fundação Hospital Frei Gabriel encontra-se enquadrada no grau de risco 3**, possuindo quadro funcional compatível com a exigência mínima prevista no **Quadro II da NR-4**, o que demanda, em sua estrutura própria, a manutenção de **1 (um) Técnico em Segurança do Trabalho**, profissional já integrado ao quadro institucional.

Todavia, tal estrutura mínima **não supre a integralidade das exigências legais, técnicas e operacionais inerentes às obrigações de Medicina do Trabalho e Saúde Ocupacional**, sobretudo no que se refere à atuação médica especializada, emissão de ASOs, responsabilidade técnica pelo PCMSO, elaboração de laudos previdenciários e suporte ao eSocial.

Nesse contexto, a **contratação externa em caráter complementar e especializado** apresenta-se como a **medida tecnicamente mais adequada e economicamente mais vantajosa**, por possibilitar:

- atendimento integral às exigências das **Normas Regulamentadoras**, especialmente NR-1, NR-4, NR-7, NR-17 e NR-32;
- cumprimento tempestivo das obrigações acessórias perante o **eSocial**;
- mitigação de riscos de autuações administrativas, passivos trabalhistas e responsabilizações previdenciárias;
- suporte contínuo à prevenção de acidentes e doenças ocupacionais;
- racionalização de custos administrativos, evitando a ampliação permanente da estrutura de pessoal próprio;
- maior flexibilidade operacional para atendimento de demandas ordinárias e extraordinárias do ambiente hospitalar.

A solução escolhida mostra-se, portanto, **aderente aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, continuidade do serviço público e mitigação de riscos institucionais**, constituindo a alternativa que melhor atende ao interesse público e à segurança jurídica da Administração.

## **2.1. Dimensionamento da Demanda e Perfil do Quadro Funcional**

A presente contratação encontra fundamento na necessidade de atendimento contínuo das demandas de Medicina e Segurança do Trabalho decorrentes da estrutura funcional da Fundação Hospital Frei Gabriel, considerando o volume atual de colaboradores, a rotatividade funcional, os afastamentos ocupacionais e a expansão prevista do quadro de pessoal.

Conforme Relatório Técnico encaminhado pelo Setor de Recursos Humanos, por meio do Memorando nº 014/2026/RHFG/Setor de Recursos Humanos, a Fundação Hospital Frei Gabriel possui atualmente **202 colaboradores ativos**, incluindo servidores comissionados e contratados sob o novo regime jurídico institucional.

O levantamento técnico demonstrou significativa demanda operacional relacionada aos exames ocupacionais obrigatórios, especialmente admissionais, demissionais, periódicos, retornos ao trabalho e mudanças de função, considerando o histórico institucional dos exercícios de 2025 e 2026.

Segundo os dados fornecidos pelo setor responsável:

- no exercício de 2025 foram registrados **53 exames admissionais** e **70 desligamentos**;
- no período de janeiro a abril de 2026 já foram contabilizadas **46 admissões** e **38 desligamentos**, evidenciando aumento relevante da movimentação funcional em razão da reorganização administrativa e recomposição do quadro de pessoal.

Além disso, o histórico institucional apontou:

- registro de **561 atestados médicos em 2025**, resultando em aproximadamente **207 exames de retorno ao trabalho**, em conformidade com a NR-7;
- média estimada de **5 movimentações mensais de função ou setor**, envolvendo alterações de exposição ocupacional e necessidade de reavaliação médica ocupacional.

O estudo técnico também identificou perspectiva concreta de crescimento vegetativo da demanda, considerando:

- existência de **374 candidatos aprovados** em processo seletivo aguardando convocação;
- necessidade imediata de contratação de aproximadamente **25 a 30 Técnicos em Enfermagem**, destinados à recomposição das escalas operacionais da instituição.

Diante desse cenário, os quantitativos estimados para os serviços especializados de Medicina e Segurança do Trabalho foram definidos considerando:

- I** – o quadro funcional atualmente ativo;
- II** – a taxa histórica de admissões e desligamentos;
- III** – os afastamentos e retornos ao trabalho;
- IV** – as alterações de função e exposição ocupacional;
- V** – a necessidade de manutenção da conformidade trabalhista, previdenciária e ocupacional da instituição; e
- VI** – margem técnica de segurança destinada a absorver crescimento vegetativo e oscilações operacionais da demanda.

A definição dos quantitativos observou critérios de razoabilidade, proporcionalidade e planejamento administrativo, em conformidade com o art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e com as diretrizes aplicáveis à fase preparatória da contratação.



### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (CICLO DE VIDA) (Art. 6º, XXIII, "c", da Lei nº 14.133/2021; art. 9º, inciso III, da IN SEGES/ME nº 81/2022)**

A solução proposta consiste na **prestação continuada de serviços especializados de Medicina do Trabalho e apoio técnico em Saúde e Segurança do Trabalho (SST)**, estruturada de forma integrada, sistêmica e orientada ao ciclo completo de gestão da saúde ocupacional no ambiente hospitalar.

A execução da solução ocorrerá em **estreita articulação com o Setor de Recursos Humanos, com o Técnico em Segurança do Trabalho integrante do SESMT da Fundação e com as chefias imediatas das unidades assistenciais e administrativas**, assegurando aderência às rotinas internas, às características dos riscos ocupacionais e às exigências legais aplicáveis.

O **ciclo de vida da solução** compreende, de forma encadeada e contínua, as seguintes etapas:

#### **I – Diagnóstico técnico e mapeamento dos riscos ocupacionais**

A fase inicial da solução compreende a **identificação, análise, classificação, atualização e monitoramento dos riscos laborais presentes no ambiente hospitalar**, por meio da elaboração, revisão e suporte técnico aos seguintes instrumentos:

- **Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR/GRO;**
- **Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT;**
- **Análise Ergonômica do Trabalho – AET.**

Essa etapa subsidia a definição dos grupos homogêneos de exposição, a avaliação dos agentes nocivos, os enquadramentos previdenciários e a parametrização das medidas de controle.

#### **II – Monitoramento clínico ocupacional e prevenção**

Com base no diagnóstico técnico, a solução evolui para a fase de **monitoramento preventivo da saúde ocupacional dos trabalhadores**, por meio da:

- elaboração, implementação e gestão do **PCMSO**;
- realização de exames admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, mudança de função e demissionais;
- emissão dos respectivos **Atestados de Saúde Ocupacional (ASOs)**;
- validação técnica de atestados médicos;
- emissão de relatórios estatísticos e indicadores de saúde ocupacional;
- proposição de medidas preventivas, corretivas e educativas.

Essa fase visa **prevenir acidentes, doenças ocupacionais, afastamentos prolongados e passivos trabalhistas**, assegurando a aptidão laboral e a proteção da saúde dos profissionais que atuam no ambiente hospitalar.

#### **III – Conformidade legal, previdenciária e digital**

A etapa subsequente consiste na **formalização legal e digital das informações de SST**, mediante:

- geração, conferência e transmissão tempestiva dos eventos **S-2220 (Monitoramento da Saúde do Trabalhador)**;
- geração, conferência e transmissão dos eventos **S-2240 (Condições Ambientais do Trabalho – Fatores de Risco)**;
- retificação de informações quando necessária;
- suporte técnico às inconsistências, fechamentos e validações sistêmicas;
- apoio à conformidade previdenciária e trabalhista perante os sistemas do Governo Federal.

Essa etapa encerra o ciclo operacional da solução, assegurando a **validade jurídica das informações prestadas ao eSocial**, a rastreabilidade documental e a redução de riscos de autuações.

#### **IV – Responsabilidades exclusivas da contratante**

Permanecerão sob responsabilidade exclusiva da **Fundação Hospital Frei Gabriel**, por meio de seus setores internos competentes:

- a **abertura da Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT (evento S-2210)**;
- as decisões relativas a **alterações estruturais, físicas ou organizacionais do ambiente hospitalar**;
- a implementação de medidas administrativas decorrentes de recomendações técnicas;
- a gestão funcional dos servidores e empregados;
- o fornecimento tempestivo das informações necessárias à execução contratual.

A contratada deverá prestar **apoio técnico consultivo**, sem, contudo, assumir atribuições típicas e indelegáveis da Administração.

A solução, assim estruturada, assegura uma abordagem de **ciclo de vida completo da saúde ocupacional**, integrando prevenção, conformidade normativa, rastreabilidade documental, suporte ao RH e segurança jurídica institucional, com foco na continuidade do serviço público hospitalar.

#### **3.1. Memória de cálculo e dimensionamento dos quantitativos**

Os quantitativos estimados da presente contratação foram definidos com base em levantamento técnico realizado junto ao Departamento de Recursos Humanos e ao SESMT da Fundação Hospital Frei Gabriel, considerando o quadro atual de colaboradores, o histórico de admissões e desligamentos, os afastamentos previdenciários e ocupacionais, as movimentações funcionais, a classificação de risco da instituição e a demanda operacional observada nos exercícios anteriores.

A metodologia adotada buscou assegurar compatibilidade entre a demanda institucional e a capacidade operacional necessária à adequada execução contratual, observando os princípios da eficiência, continuidade do serviço público, economicidade e planejamento da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Para fins de composição da proposta comercial e execução contratual, os serviços foram estruturados em parcela fixa anual e parcela variável sob demanda, conforme quadro abaixo:

BLOCO	ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA
<b>BLOCO 1 – PARCELA FIXA ANUAL</b>	1	Elaboração e atualização do PCMSO	Serviço anual	1
	2	Elaboração e atualização do PGR/GRO	Serviço anual	1
	3	Elaboração e atualização do LTCAT	Serviço anual	1
	4	Elaboração e atualização da AET	Serviço anual	1
	5	Assessoria técnica continuada em SST e suporte ao eSocial	Mês	12

BLOCO	ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA
<b>BLOCO 2 – PARCELA VARIÁVEL SOB DEMANDA (PROJEÇÃO ANUAL ESTIMADA)</b>	6	Exame Admissional	Exame	139
	7	Exame Periódico	Exame	232
	8	Exame Demissional	Exame	108
	9	Exame de Retorno ao Trabalho	Exame	207
	10	Exame de Mudança de Risco/Função	Exame	60
	11	Exames Complementares (Hemograma Completo, Glicemia de Jejum, Sorologia para Hepatites B e C, VDRL, Audiometria Ocupacional, entre outros exames clínicos de apoio exigidos pelo PCMSO)	Exame	371
	12	Validação Técnica de Atestados Médicos	Serviço	645
	13	Geração e transmissão do Evento S-2220 (Monitoramento da Saúde do Trabalhador)	Evento	746
	14	Geração e transmissão do Evento S-2240 (Condições Ambientais do Trabalho – Agentes Nocivos)	Evento	199

Os quantitativos constantes da parcela variável possuem natureza meramente estimativa, destinando-se exclusivamente à formação da proposta, ao planejamento da execução contratual e à definição do valor estimado da contratação, não constituindo obrigação de consumo mínimo por parte da Administração.

As quantidades poderão variar durante a execução contratual em razão da dinâmica administrativa da Fundação Hospital Frei Gabriel, especialmente em decorrência de admissões, desligamentos, afastamentos, remanejamentos internos, alterações de função, exigências legais relacionadas às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e demandas vinculadas ao eSocial.

O dimensionamento adotado encontra-se fundamentado nas informações técnicas encaminhadas pelo Setor de Recursos Humanos e SESMT, constantes dos autos do processo administrativo, servindo como parâmetro técnico para assegurar a continuidade, regularidade e eficiência dos serviços especializados de Medicina e Segurança do Trabalho.

### **3.1.1 Descrição detalhada dos serviços por item**

#### **BLOCO 1 – PARCELA FIXA ANUAL**

##### **Item 1 – Elaboração e atualização do PCMSO**

Compreende a elaboração, implementação, coordenação, revisão, atualização e gestão contínua do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, em conformidade com a NR-7, contemplando definição de protocolos clínicos ocupacionais, rastreamento de riscos, emissão de relatórios analíticos, planejamento de exames ocupacionais e suporte técnico à gestão de saúde ocupacional da Fundação Hospital Frei Gabriel.

**Item 2 – Elaboração e atualização do PGR/GRO**

Compreende a elaboração, revisão, atualização e suporte técnico contínuo ao Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR/GRO, incluindo identificação de perigos, avaliação de riscos ocupacionais, definição de medidas preventivas, acompanhamento de controles existentes e atualização decorrente de alterações estruturais, operacionais ou normativas, em conformidade com a NR-1.

**Item 3 – Elaboração e atualização do LTCAT**

Compreende a elaboração, revisão e atualização do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT, incluindo inspeções técnicas, avaliação qualitativa e quantitativa de agentes nocivos, enquadramento previdenciário, caracterização de exposição ocupacional e emissão de parecer técnico para fins previdenciários e trabalhistas.

**Item 4 – Elaboração e atualização da AET**

Compreende a realização, revisão e atualização da Análise Ergonômica do Trabalho – AET, nos termos da NR-17, abrangendo avaliação ergonômica dos postos de trabalho, análise das condições biomecânicas, cognitivas e organizacionais, identificação de fatores ergonômicos de risco e proposição de medidas corretivas e preventivas.

**Item 5 – Assessoria técnica continuada em SST e suporte ao eSocial**

Compreende a prestação continuada de assessoria técnica especializada em Saúde e Segurança do Trabalho, incluindo suporte técnico ao RH, SESMT e fiscalização contratual, esclarecimentos normativos, apoio em auditorias, reuniões técnicas, orientações operacionais, suporte à parametrização do eSocial, acompanhamento de inconsistências sistêmicas e apoio técnico preventivo à Administração.

**BLOCO 2 – PARCELA VARIÁVEL SOB DEMANDA****Item 6 – Exame Admissional**

Compreende a realização de avaliação clínica ocupacional prévia à admissão do trabalhador, incluindo anamnese ocupacional, exame clínico, análise de aptidão laboral e emissão do respectivo Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, nos termos da NR-7.

**Item 7 – Exame Periódico**

Compreende a realização de avaliações médicas ocupacionais periódicas destinadas ao monitoramento contínuo da saúde do trabalhador, considerando os riscos ocupacionais identificados no ambiente hospitalar e os protocolos definidos no PCMSO.

**Item 8 – Exame Demissional**

Compreende a avaliação clínica ocupacional realizada previamente ao desligamento do trabalhador, destinada à verificação das condições de saúde relacionadas às atividades desempenhadas, com emissão do respectivo ASO demissional.

**Item 9 – Exame de Retorno ao Trabalho**

Compreende avaliação clínica obrigatória de trabalhador afastado por período superior ao definido na NR-7, destinada à verificação da aptidão para retorno às atividades laborais e eventual necessidade de restrições ou adaptações funcionais.

**Item 10 – Exame de Mudança de Risco/Função**

Compreende avaliação clínica ocupacional realizada previamente à alteração de função, setor ou exposição ocupacional, destinada à análise de compatibilidade entre o trabalhador e os novos riscos inerentes às atividades a serem desempenhadas.



**Item 11 – Exames Complementares**

Compreende a realização de exames laboratoriais, clínicos e complementares exigidos pelo PCMSO, pelas Normas Regulamentadoras ou pela avaliação médica ocupacional, incluindo, entre outros, hemograma completo, glicemia de jejum, sorologia para hepatites B e C, VDRL, audiometria ocupacional e demais exames necessários à adequada avaliação da saúde ocupacional dos trabalhadores.

**Item 12 – Validação Técnica de Atestados Médicos**

Compreende a análise técnica, administrativa e ocupacional de atestados médicos apresentados pelos trabalhadores, incluindo verificação formal, análise de compatibilidade temporal, enquadramento ocupacional, emissão de parecer técnico e suporte à Administração quanto à regularidade documental.

**Item 13 – Geração e transmissão do Evento S-2220**

Compreende a geração, conferência, validação, transmissão, retificação e acompanhamento do evento S-2220 do eSocial, referente ao Monitoramento da Saúde do Trabalhador, incluindo integração das informações clínicas ocupacionais e suporte técnico para correção de inconsistências sistêmicas.

**Item 14 – Geração e transmissão do Evento S-2240**

Compreende a geração, conferência, validação, transmissão e retificação do evento S-2240 do eSocial, referente às Condições Ambientais do Trabalho – Agentes Nocivos, incluindo parametrização dos riscos ocupacionais, enquadramentos previdenciários e suporte técnico relacionado às informações ambientais prestadas ao Governo Federal.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, “d”, da Lei nº 14.133/2021; art. 9º, inciso IV, da IN SEGES/ME nº 81/2022)**

A execução do objeto deverá observar **requisitos técnicos, operacionais, legais, regulatórios e de segurança da informação compatíveis com a criticidade do ambiente hospitalar**, sendo indispensável que a futura contratada demonstre plena capacidade de atendimento integral da solução descrita neste Termo de Referência.

**4.1 Requisitos técnicos mínimos da equipe**

A substituição dos **profissionais-chave indicados pelo licitante, especialmente o Médico do Trabalho e o Engenheiro de Segurança do Trabalho**, somente será admitida por profissionais de **qualificação técnica, experiência profissional e habilitação legal equivalentes ou superiores**, mediante **aprovação prévia, formal e expressa da Administração**, acompanhada da documentação comprobatória pertinente, inclusive registros profissionais ativos no **CRM e CREA**, currículos atualizados e comprovação de experiência compatível com o objeto.

A substituição deverá observar o disposto no **art. 67, § 6º, da Lei nº 14.133/2021**, sendo vedada qualquer alteração que comprometa a qualidade técnica, a continuidade do serviço ou a responsabilidade pelos atos praticados.

Comprovação de que a licitante possui ou possuirá, até a data de início da execução contratual, profissional Engenheiro de Segurança do Trabalho responsável pela elaboração e atualização dos documentos técnicos de SST previstos no Termo de Referência, mediante registro ativo no CREA e comprovação da especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, nos termos da legislação profissional aplicável.

Comprovação de que a licitante possui ou possuirá, até a data de início da execução contratual, profissional Médico do Trabalho responsável técnico pela execução do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e pelos atos médicos ocupacionais decorrentes do contrato, mediante apresentação de registro ativo junto ao Conselho Regional de Medicina – CRM e Registro de Qualificação de Especialista – RQE em Medicina



do Trabalho, ou documento equivalente aceito pelo respectivo Conselho Regional de Medicina.

#### **4.2 Requisitos normativos e regulatórios**

A execução dos serviços deverá observar, de forma estrita, a legislação aplicável, especialmente:

- **Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;**
- **Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho**, em especial:
  - **NR-1** (GRO/PGR);
  - **NR-4** (SESMT);
  - **NR-7** (PCMSO);
  - **NR-15** (insalubridade);
  - **NR-17** (ergonomia);
  - **NR-32** (segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde);
- legislação previdenciária correlata;
- manuais técnicos e layouts vigentes do **eSocial**;
- normas do Conselho Federal de Medicina e do CREA;
- demais atos normativos aplicáveis ao ambiente hospitalar.

A contratada deverá assegurar o **cumprimento tempestivo dos prazos legais e sistêmicos dos eventos S-2220 e S-2240**, respondendo tecnicamente por inconsistências decorrentes de falha operacional sob sua responsabilidade.

É expressamente **vedada** a realização de exames clínicos ocupacionais (admissional, periódico, de retorno ao trabalho, de mudança de riscos ocupacionais e demissional) de forma exclusivamente virtual ou por telemedicina. A contratada deverá assegurar a realização de exame clínico físico e presencial por médico habilitado para a emissão de todo e qualquer Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), em estrita observância às normativas do Conselho Federal de Medicina (CFM) e às diretrizes da Norma Regulamentadora nº 07 (NR-7).

#### **4.3 Requisitos para exames complementares, clínicas e laboratórios**

Sempre que houver necessidade de exames complementares, laboratoriais, audiometrias, avaliações clínicas específicas ou exames ocupacionais especializados, a contratada deverá garantir que as clínicas, laboratórios e estabelecimentos executores:

- possuam **licenciamento sanitário regular e válido**;
- atendam às exigências da **ANVISA, vigilância sanitária local e demais órgãos competentes**;
- mantenham controle de qualidade dos exames emitidos;
- possuam profissionais habilitados para emissão dos respectivos laudos;
- observem as normas relativas ao **gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS)**, quando aplicável;
- assegurem rastreabilidade, sigilo e guarda adequada dos resultados.

#### **4.4 Requisitos de proteção de dados e sigilo médico**

Em razão do tratamento de **dados pessoais sensíveis relativos à saúde dos trabalhadores**, a contratada deverá observar integralmente a **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018)**, especialmente quanto a:

- confidencialidade de prontuários médicos;
- sigilo ocupacional e prontuários clínicos;
- controle de acesso às informações;
- armazenamento seguro de documentos físicos e digitais;
- rastreabilidade dos acessos;

- descarte seguro de documentos;
- prevenção de vazamento de dados sensíveis.

A contratada responderá integralmente por incidentes de segurança decorrentes de falhas em seus processos, sistemas ou equipe.

Em caso de encerramento, rescisão ou não renovação do presente contrato, a contratada obriga-se a transferir formalmente e de forma segura a integralidade dos prontuários médicos ocupacionais dos servidores para o médico responsável sucessor indicado pela Fundação Hospital Frei Gabriel. Tal medida visa garantir a rastreabilidade e a continuidade do histórico de saúde dos trabalhadores e atende estritamente ao disposto no subitem 7.6.1.2 da Norma Regulamentadora nº 07 (NR-7), que exige a transferência de prontuários em caso de substituição do médico responsável, devendo os registros ser mantidos por, no mínimo, 20 (vinte) anos após o desligamento do empregado.

#### **4.5 Requisitos de habilitação cadastral**

Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, será admitida **preferencialmente a comprovação mediante registro regular, válido e atualizado no SICAF**, sem prejuízo da apresentação de documentação complementar relativa à qualificação técnica específica exigida para o objeto.

Tal medida visa prestigiar os princípios da **eficiência, desburocratização, formalismo moderado e ampliação da competitividade**, sem mitigação da segurança jurídica do certame.

#### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, XXIII, "e", da Lei nº 14.133/2021; art. 9º, inciso V, da IN SEGES/ME nº 81/2022)**

A execução do objeto observará **modelo híbrido de prestação continuada, com remuneração mista**, de forma a compatibilizar a previsibilidade dos serviços estruturantes anuais com a variabilidade natural das demandas clínicas ocupacionais do ambiente hospitalar.

##### **5.1 Estrutura do modelo de execução**

O objeto será executado sob **dois regimes complementares de medição e remuneração**:

##### **I – Parcela fixa anual (empreitada por preço global)**

Será remunerada por **valor fixo global**, correspondente à entrega, atualização, revisão técnica, manutenção e suporte dos seguintes produtos e serviços estruturantes:

- **1 (um) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO**
- **1 (um) Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR/GRO**
- **1 (um) Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT**
- **1 (uma) Análise Ergonômica do Trabalho – AET**
- relatórios técnicos periódicos;
- reuniões técnicas de alinhamento;
- assessoria continuada em SST;
- suporte técnico ao RH, SESMT e fiscalização;
- parametrização e suporte sistêmico permanente ao eSocial.

A parcela fixa abrange a manutenção técnica contínua desses instrumentos durante a vigência contratual, inclusive revisões motivadas por alterações de setor, mudança de layout, inclusão de novos riscos, expansão de serviços ou atualização normativa.

##### **II – Parcela variável sob demanda (preço unitário)**

Serão remunerados por **preço unitário efetivamente executado**, mediante demanda formal da Administração, os seguintes serviços:

- exames admissionais;
- exames periódicos;
- exames de retorno ao trabalho;
- exames de mudança de função;
- exames demissionais;
- exames complementares;
- emissões de **ASOs**;
- validação de atestados médicos;
- reavaliações clínicas;
- transmissões efetivamente realizadas dos eventos:
  - **S-2220**
  - **S-2240**
- retificações extraordinárias no eSocial;
- laudos adicionais sob demanda.

A medição ocorrerá com base na **execução real, comprovada e atestada pela fiscalização**, vedado faturamento por mera disponibilidade.

### **5.2 Fluxo operacional da execução**

A contratada deverá manter **fluxo permanente, estruturado e rastreável de comunicação com o Setor de Recursos Humanos, SESMT e fiscalização do contrato**, assegurando agilidade e segurança operacional.

Para tanto, deverá estabelecer, no mínimo:

- **canal eletrônico oficial de atendimento** (e-mail corporativo e/ou plataforma própria);
- canal de resposta rápida para demandas urgentes;
- ponto focal técnico e ponto focal administrativo;
- rotina de confirmação de recebimento das demandas;
- sistema de protocolo, número de chamado ou controle equivalente;
- registro cronológico das solicitações, execuções e entregas.

Por meio desses canais serão recebidas, processadas e devolvidas as demandas relacionadas a:

- admissões;
- desligamentos;
- afastamentos e retornos;
- mudanças de setor;
- alterações de função;
- inclusão de novos riscos;
- exames extraordinários;
- validação de atestados médicos;
- inconsistências no eSocial.

### **5.3 Prazos operacionais mínimos de execução**

A contratada deverá observar, no mínimo, os seguintes parâmetros operacionais:

- atendimento de admissões e demissões: **prioridade máxima**
- exames de retorno ao trabalho: antes do reinício das atividades
- mudanças de função: previamente à nova exposição ocupacional
- eventos do eSocial: dentro do prazo legal
- respostas a inconsistências: em prazo compatível com o fechamento da folha e obrigações acessórias
- atualização dos laudos anuais: conforme cronograma aprovado pela fiscalização

Os prazos específicos poderão ser detalhados em **Acordo de Nível de Serviço (SLA)** no



item de gestão contratual.

#### **5.4 Integração com a contratante**

A execução contratual dependerá de atuação cooperativa entre:

- contratada;
- RH;
- SESMT;
- gestores das áreas;
- fiscal técnico;
- fiscal administrativo.

A contratante fornecerá, em tempo oportuno:

- listagens funcionais;
- informações de admissões e desligamentos;
- alterações de lotação;
- registros de afastamentos;
- mudanças de layout/setor;
- dados necessários ao eSocial;
- acesso às áreas para inspeções e avaliações.

A contratada deverá atuar em **estreita parceria institucional**, sem prejuízo da segregação de responsabilidades.

#### **5.5 Regras e Limites de Subcontratação**

Nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, é expressamente vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica que compõem o objeto principal deste Termo de Referência, tais como a elaboração, coordenação e responsabilidade técnica pelo PCMSO, PGR/GRO, LTCAT, AET e o gerenciamento dos eventos do eSocial. Será admitida, mediante prévia avaliação da Administração, a subcontratação restrita aos serviços de exames complementares (laboratoriais, de imagem, audiometrias e afins). Fica expressamente vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme o art. 122, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

#### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Art. 6º, XXIII, "f", da Lei nº 14.133/2021; art. 9º, inciso VI, da IN SEGES/ME nº 81/2022)**

A gestão e fiscalização contratual observarão as **diretrizes de governança, segregação de funções, controle preventivo e gestão por evidências previstas no art. 117 da Lei nº 14.133/2021**, bem como as disposições do **Decreto nº 11.246/2022**, aplicadas subsidiariamente como boa prática administrativa.

A Administração deverá promover a **designação formal, preferencialmente entre servidores efetivos ou empregados públicos estáveis com conhecimento compatível com o objeto**, dos seguintes agentes da fase de execução:

- **Gestor do Contrato**
- **Fiscal Técnico**
- **Fiscal Administrativo**

Sempre que necessário, poderão atuar de forma integrada outros setores de apoio, especialmente **Recursos Humanos, SESMT, Controle Interno e Assessoria Jurídica**.

### **6.1. Gestor do Contrato**

Compete ao **Gestor do Contrato** exercer a coordenação global da execução, promovendo o alinhamento entre a necessidade administrativa, a execução técnica e a regularidade formal do ajuste.

São atribuições mínimas do gestor:

- acompanhar a execução global do contrato;
- assegurar aderência ao objeto e ao cronograma;
- validar a manutenção da vantajosidade contratual;
- propor prorrogações, reajustes, repactuações e alterações contratuais;
- consolidar informações da fiscalização;
- comunicar ocorrências relevantes à autoridade competente;
- instruir processos de penalidade, reequilíbrio ou renovação;
- monitorar indicadores de desempenho;
- supervisionar o cumprimento do SLA e dos níveis mínimos de serviço.

### **6.2. Fiscal Técnico**

O **Fiscal Técnico**, preferencialmente integrante do **SESMT da Fundação Hospital Frei Gabriel** ou servidor com conhecimento técnico compatível, será responsável pela **verificação da conformidade técnica da execução do objeto**.

Compete ao fiscal técnico:

- inspecionar a **qualidade técnica dos laudos, programas, pareceres e ASOs emitidos**;
- acompanhar a adequação metodológica do **PCMSO, PGR/GRO, LTCAT e AET**;
- validar o enquadramento dos riscos ocupacionais;
- verificar a compatibilidade dos exames com os riscos identificados;
- acompanhar a atualização dos documentos após mudanças estruturais;
- avaliar a conformidade das transmissões do **eSocial (S-2220 e S-2240)**;
- atestar tecnicamente a execução dos serviços;
- registrar falhas, inconsistências e necessidade de correções;
- apoiar a mensuração dos serviços variáveis executados.

A fiscalização técnica deverá manter **registro formal de evidências, relatórios, checklists e ocorrências**, garantindo rastreabilidade e suporte à liquidação da despesa.

### **6.3. Fiscal Administrativo**

O **Fiscal Administrativo** será responsável pelo controle da regularidade formal, documental, trabalhista, previdenciária e financeira da execução contratual, com especial atenção à prevenção de riscos de responsabilização subsidiária da Administração.

São atribuições mínimas:

- verificar a **regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista da contratada**;
- controlar certidões, SICAF, FGTS, INSS, CNDT e demais documentos obrigatórios;
- acompanhar a manutenção das condições de habilitação;
- verificar documentação dos profissionais efetivamente alocados;
- controlar prazos de faturamento, medições e notas fiscais;
- conferir relatórios de execução e documentos comprobatórios;
- registrar descumprimentos administrativos;
- subsidiar glosas, advertências e aplicação de sanções;
- monitorar documentação necessária à prevenção de passivos trabalhistas.

No caso de indícios de inadimplemento trabalhista ou previdenciário, deverá comunicar imediatamente ao gestor para adoção das providências cabíveis.

#### **6.4. Governança colaborativa da execução**

A gestão contratual deverá funcionar em **modelo colaborativo e integrado**, envolvendo:

- RH
- SESMT
- gestor
- fiscais
- chefias setoriais
- contratada

As informações de admissões, desligamentos, afastamentos, mudanças de função, alterações de layout e novos riscos deverão alimentar continuamente a fiscalização técnica e administrativa.

A contratada deverá fornecer **evidências documentais suficientes para auditoria, controle interno e prestação de contas**, inclusive logs, protocolos, comprovantes de envio ao eSocial, ASOs e relatórios.

#### **6.5 Prevenção de riscos e responsabilização**

A atuação segregada entre gestor, fiscal técnico e fiscal administrativo visa:

- assegurar a boa execução do contrato;
- reduzir falhas operacionais;
- prevenir passivos trabalhistas e previdenciários;
- mitigar riscos de atuação pelo eSocial;
- garantir integridade dos laudos;
- proteger a Administração contra responsabilizações futuras.

#### **6.6. Vedação a conflito de interesses**

Para a composição da equipe de gestão e fiscalização do contrato, é **expressamente vedada a designação de agente público que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com os dirigentes, sócios, responsáveis técnicos ou representantes da empresa contratada**, bem como daquele que seja **cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau**, em estrita observância ao **art. 9º da Lei nº 14.133/2021** e ao **art. 10, inciso III, do Decreto nº 11.246/2022**.

A autoridade competente deverá assegurar a prévia análise de impedimentos, suspeições e potenciais conflitos de interesse antes da formal designação dos agentes responsáveis pela execução contratual.

#### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (Art. 6º, XXIII, "q", da Lei nº 14.133/2021; art. 9º, inciso VII, da IN SEGES/ME nº 81/2022)**

A medição, liquidação e pagamento da despesa observarão o **regime híbrido de remuneração definido no modelo de execução do objeto**, com periodicidade **mensal**, condicionados à **prestação efetiva dos serviços, comprovação documental da execução e ateste formal pela fiscalização competente**.

##### **7.1. Medição da parcela fixa**

A parcela fixa correspondente aos serviços estruturantes anuais será medida mensalmente por **rateio proporcional em 12 (doze) competências**, desde que comprovada a manutenção regular e continuada dos seguintes produtos e serviços:

- vigência e atualização do **PCMSO**;
- vigência e atualização do **PGR/GRO**;
- vigência e atualização do **LTCAT**;
- vigência e atualização do **AET**;



- suporte técnico continuado;
- relatórios periódicos;
- apoio ao RH e SESMT;
- manutenção da parametrização do eSocial;
- atendimento consultivo à fiscalização.

A medição da parcela fixa dependerá da comprovação da **disponibilidade técnica da equipe, atualização documental e cumprimento do cronograma contratual**.

### **7.2. Medição da parcela variável**

A parcela variável será medida exclusivamente com base nos **serviços efetivamente executados no período**, vedado faturamento por mera expectativa, reserva de capacidade ou disponibilidade.

Serão considerados passíveis de medição unitária:

- exames admissionais;
- exames periódicos;
- exames demissionais;
- exames de retorno ao trabalho;
- exames de mudança de função;
- exames complementares;
- emissões de **ASOs**;
- validação de atestados;
- transmissões efetivamente processadas dos eventos:
  - **S-2220**
  - **S-2240**
- retificações extraordinárias;
- laudos adicionais autorizados.

A medição observará quantitativos comprovados por **ordens de serviço, solicitações do RH, relatórios mensais e ateste da fiscalização técnica**.

### **7.3. Documentos obrigatórios para liquidação**

A liquidação da despesa ficará estritamente condicionada à apresentação, pela contratada, de documentação comprobatória mínima, composta por:

- **Nota Fiscal/Fatura;**
- relatório mensal consolidado dos serviços executados;
- relação nominal dos exames realizados;
- **cópias dos ASOs emitidos**, observadas as restrições de sigilo médico;
- comprovantes de entrega dos laudos e programas;
- protocolos, recibos ou logs comprobatórios do **processamento e aceite com sucesso dos eventos S-2220 e S-2240 no eSocial**;
- evidências das retificações, quando houver;
- certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
- comprovação de manutenção das condições de habilitação.

A ausência, inconsistência ou insuficiência de qualquer documento suspenderá a liquidação até saneamento.

### **7.4. Glosas, descontos e não conformidades**

A ocorrência de **atrasos, falhas, inexecução parcial, erros em laudos, inconsistências no eSocial ou descumprimento do Acordo de Níveis de Serviço (SLA)** ensejará:

- **glosa proporcional do valor correspondente ao serviço não executado ou executado com vício;**

- desconto por atraso injustificado;
- recusa do faturamento do item irregular;
- determinação de correção sem ônus adicional;
- registro de ocorrência para fins de penalidade.

As glosas deverão observar **critério objetivo, proporcional e motivado**, com registro formal da ocorrência e garantia do contraditório na forma contratual.

Em estrita observância ao art. 120 da Lei nº 14.133/2021, a contratada responderá integralmente pelos danos causados diretamente à Administração em decorrência da execução do contrato, devendo ressarcir o órgão por quaisquer multas, sanções, encargos financeiros, autuações ou prejuízos aplicados por órgãos fiscalizadores, inclusive Ministério do Trabalho, Receita Federal ou demais entidades competentes, quando comprovadamente decorrentes de erro técnico, omissão, inconsistência de dados, falha de parametrização, transmissão intempestiva ou ausência de envio dos eventos S-2220 e S-2240 ao eSocial, desde que tais falhas sejam imputáveis à contratada.

O ressarcimento poderá ocorrer mediante cobrança administrativa, compensação em pagamentos futuros, execução de garantia contratual ou demais meios legalmente admitidos, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

#### **7.5. Penalidades relacionadas à medição**

Sem prejuízo das glosas, a inexecução total ou parcial, a reincidência de falhas ou o descumprimento reiterado dos níveis mínimos de serviço poderão ensejar a aplicação das sanções administrativas com fundamento geral nos **arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021**, aplicando-se o **art. 162** especificamente para a multa moratória, especialmente:

- advertência;
- multa;
- impedimento de licitar;
- declaração de inidoneidade, quando cabível.

#### **7.6. Prazo e condição de pagamento**

Após a liquidação regular da despesa, o pagamento será efetuado no prazo previsto contratualmente, mediante ordem bancária em conta indicada pela contratada, observada a ordem cronológica e a disponibilidade financeira.

O pagamento não implicará quitação definitiva de serviços posteriormente identificados com vício, erro técnico ou inconsistência sistêmica.

#### **7.7. Recebimento provisório e definitivo**

Nos termos do **art. 140 da Lei nº 14.133/2021** e do **art. 25 do Decreto nº 11.246/2022**, o **recebimento provisório dos serviços, laudos, relatórios, exames executados, transmissões ao eSocial e documentos de faturamento** ficará a cargo do **Fiscal Técnico e do Fiscal Administrativo**, mediante ateste mensal e verificação do cumprimento das exigências de natureza técnica, documental, fiscal e operacional.

O **recebimento definitivo do objeto** será formalizado pelo **Gestor do Contrato**, mediante termo circunstanciado ou registro equivalente, após a confirmação do atendimento integral das obrigações contratuais, do saneamento de eventuais pendências apontadas na fase provisória e da validação dos níveis mínimos de serviço estabelecidos.

O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios ocultos, falhas técnicas supervenientes, inconsistências perante o eSocial ou defeitos identificados posteriormente.

**8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, XXIII, "h", da Lei nº 14.133/2021; art. 9º, inciso VIII, da IN SEGES/ME nº 81/2022)**

A seleção do fornecedor será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, nos termos do **art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**, adotando-se como critério de julgamento o **Menor Preço Global por Lote Único**, por se tratar de **serviço comum com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste Termo de Referência**.

A opção pelo **lote único** decorre da **natureza integrada, sequencial e altamente interdependente da solução contratada**, cuja execução exige unidade metodológica, centralização da responsabilidade técnica, rastreabilidade documental e perfeita compatibilidade entre os diversos produtos e serviços.

**8.1. Justificativa do não parcelamento**

O **não parcelamento do objeto** mostra-se tecnicamente indispensável e economicamente vantajoso, uma vez que a segregação entre empresas distintas para:

- realização de exames ocupacionais;
- emissão de ASOs;
- elaboração do **PCMSO**;
- elaboração do **PGR/GRO, LTCAT e AET**;
- parametrização e envio dos eventos **S-2220 e S-2240 ao eSocial**;
- suporte técnico ao RH e SESMT;

poderia acarretar **severa perda de rastreabilidade, fragmentação de responsabilidade técnica, duplicidade de interfaces, conflitos de informações clínicas e ambientais, aumento do custo de coordenação e elevado risco de inconsistências perante as malhas de validação do eSocial**.

A integração em lote único assegura:

- unicidade da responsabilidade técnica;
- coerência entre riscos mapeados e exames prescritos;
- compatibilidade entre laudos e ASOs;
- integridade das informações transmitidas ao Governo Federal;
- redução de retrabalho;
- maior eficiência da fiscalização;
- menor risco de glosas previdenciárias e passivos trabalhistas;
- simplificação da gestão contratual.

Dessa forma, o agrupamento em lote único encontra respaldo nos princípios da **eficiência, economicidade, planejamento, julgamento objetivo e seleção da proposta mais vantajosa**, não configurando restrição indevida à competitividade.

**8.2. Critérios de habilitação e julgamento**

O julgamento observará o **menor preço global do lote**, desde que atendidos integralmente:

- os requisitos técnicos da equipe mínima;
- a habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista;
- a qualificação técnica específica em Medicina do Trabalho e SST;
- os requisitos de conformidade com LGPD, eSocial e ambiente hospitalar;
- a capacidade operacional para atendimento da demanda continuada e sob demanda.

A aceitabilidade da proposta considerará, além do preço, a **exequibilidade econômica da solução**, especialmente quanto à composição entre parcela fixa e parcela variável.



### **8.3. Tratamento favorecido para ME/EPP**

Nos termos da **Lei Complementar nº 123/2006**, poderá ser adotado tratamento favorecido, inclusive **participação exclusiva, reserva de cota ou preferência de contratação para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**, desde que previamente demonstrada, por pesquisa de mercado formalizada nos autos, a existência de **mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos regionais ou com capacidade de atendimento remoto/presencial compatível com a execução do objeto**, em observância ao **art. 49, inciso II, da LC nº 123/2006**.

A adoção dessa medida deverá observar a necessidade de **preservação da ampla competitividade e mitigação do risco de licitação fracassada**, especialmente em razão da especialização técnica do objeto.

### **8.4. Critério de disputa**

O certame deverá ocorrer em ambiente eletrônico, preferencialmente pelo sistema oficial adotado pela Administração, com disputa aberta por lances, observadas as regras do edital, da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável ao pregão eletrônico.

**8.5.** O critério de julgamento adotado será o de menor preço global para o lote único, considerando a integração técnica, operacional e documental existente entre os serviços de Medicina do Trabalho, Saúde e Segurança do Trabalho e eSocial, cuja execução fragmentada poderia comprometer a rastreabilidade das informações, a responsabilização técnica e a eficiência contratual.

### **9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, "i", da Lei nº 14.133/2021; art. 9º, inciso IX, da IN SEGES/ME nº 81/2022)**

O **valor estimado da contratação** foi apurado em conformidade com o **art. 23 da Lei nº 14.133/2021** e com os procedimentos estabelecidos na **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021**, mediante **pesquisa ampla e formal de preços de mercado**, observados os princípios da economicidade, razoabilidade, vantajosidade e aderência às condições efetivas de execução do objeto.

A estimativa consolidada perfaz o montante de:

**R\$ 275.161,51 (Duzentos e setenta e cinco mil, cento e sessenta e um reais e cinquenta e um centavos)**

A metodologia de formação do valor considerou a **modelagem híbrida da contratação**, contemplando:

#### **I – Parcela fixa anual**

Correspondente aos serviços estruturantes e continuados, incluindo:

- elaboração, atualização e manutenção do **PCMSO**;
- elaboração e atualização do **PGR/GRO**;
- elaboração e atualização do **LTCAT**;
- elaboração e atualização da **AET**;
- suporte técnico permanente;
- parametrização, monitoramento e suporte ao eSocial;
- reuniões técnicas e relatórios gerenciais.

#### **II – Parcela variável sob demanda**

Correspondente aos serviços executados conforme necessidade administrativa, com base na **memória de cálculo dos quantitativos estimados**, especialmente:

- exames admissionais;
- periódicos;
- retorno ao trabalho;

- mudança de função;
- demissionais;
- exames complementares;
- emissões de ASOs;
- validação de atestados;
- transmissões dos eventos **S-2220 e S-2240**;
- retificações extraordinárias;
- laudos adicionais.

A definição dos quantitativos variáveis e a respectiva memória de cálculo observaram estritamente os dados oficiais fornecidos pelo Setor de Recursos Humanos através do **Memorando nº 014/2026/FHFG**, anexo aos autos. O dimensionamento considerou a margem técnica de segurança de **15%** para contingências assistenciais. O volume atípico projetado para o exercício – especialmente para os exames admissionais e demissionais – encontra-se materialmente justificado pelo período de transição e regularização administrativa imposto pelo novo regime jurídico da Lei nº 6.830/2025.

O **mapa comparativo de preços, as cotações obtidas, a memória de cálculo e a metodologia de tratamento dos valores coletados** encontram-se formalmente juntados aos autos, compondo a instrução processual da fase preparatória.

A Administração deverá promover **análise crítica dos preços pesquisados**, com exclusão de valores inexecutáveis, excessivamente elevados ou incompatíveis com o mercado, de forma a assegurar a formação de preço estimado idôneo e defensável.

**10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, XXIII, "j", da Lei nº 14.133/2021; art. 9º, inciso X, da IN SEGES/ME nº 81/2022)**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos **recursos orçamentários específicos consignados no orçamento da Fundação Hospital Frei Gabriel**, observada a compatibilidade com a **Lei Orçamentária Anual (LOA)** do exercício financeiro correspondente e dos exercícios subsequentes em que perdurar a vigência contratual.

Por se tratar de **serviço de natureza contínua**, com vigência inicial de 12 (doze) meses e possibilidade de prorrogação sucessiva, a Administração deverá assegurar, em cada exercício, a **manutenção da disponibilidade orçamentária e financeira necessária à cobertura das obrigações contratuais**, como condição para renovação do ajuste.


A formalização do instrumento contratual ficará condicionada à **prévia emissão da respectiva Nota de Empenho**, que constituirá prova da suficiente provisão orçamentária para suportar a despesa no exercício, observando-se os arts. 58 a 60 da **Lei nº 4.320/1964**.

Nos exercícios subsequentes, as despesas decorrentes das eventuais prorrogações ficarão condicionadas à **existência de créditos orçamentários próprios, suficientes e regularmente autorizados**, bem como à manutenção da vantajosidade da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A adequação orçamentária da presente contratação mostra-se compatível com a natureza essencial e continuada do objeto, garantindo a **sustentabilidade financeira da execução contratual e a continuidade das obrigações legais de Medicina do Trabalho, SST e eSocial no ambiente hospitalar**.

**Frutal-MG, 20 de maio de 2026.**

**Rogério Jonas da Silva**  
**Téc. de Segurança do Trabalho**

	<b>FUNDAÇÃO HOSPITAL FREI GABRIEL</b> Avenida Brasília 333 - Frutal/MG Cep: 38.200-000 - Telefone: (34)34213489 CNPJ: 07.889.243/0001-71		<b>SOLICITAÇÃO</b>  <b>0001588</b>
	DATA 13/05/2026	SOLICITANTE: ROGERIO JONAS DA SILVA	CÓDIGO: 53
UNIDADE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR FREI GABRIEL SUBUNIDADE:		CÓDIGO: 03.01.01	
LOCAL DE ENTREGA: FUNDAÇÃO HOSPITALAR FREI GABRIEL		REQUISIÇÃO:	
FINALIDADE: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA DO TRABALHO E APOIO TÉCNICO EM SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO, PARA GESTÃO DO PCMSO, REALIZAÇÃO DE EXAMES OCUPACIONAIS E EMISSÃO DE ASOS, BEM COMO PARA A CONFECÇÃO E ATUALIZAÇÃO, EM PARCERIA COM O SESMT DO HOSPITAL, DA DOCUMENTAÇÃO DE SST (PGR/GRO, LTCAT E AET), ALÉM DA GESTÃO DOS EVENTOS S-2220 E S-2240 NO ESOCIAL.			

**DADOS DO(S) PRODUTO(S):**

Nº	ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE SOLICITADA	QTDE APROVADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL PREVISTO
001	07500900006	ASSESSORIA TÉCNICA CONTINUADA EM SST E SUPORTE AO ESOCIAL	SV	12	12	693,00	8.316,00
002	07500900004	ELABORAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA AET	SV	1	1	20.840,00	20.840,00
003	07500900003	ELABORAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO LTCAT	SV	1	1	20.459,00	20.459,00
004	07500900001	ELABORAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PCMSO	SV	1	1	27.770,00	27.770,00
005	07500900002	ELABORAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PGR/GRO	SV	1	1	54.600,00	54.600,00
006	07500900007	EXAME ADMISSIONAL	SV	139	139	48,65	6.762,35
007	07500900011	EXAME DE MUDANÇA DE RISCO	SV	60	60	48,65	2.919,00
008	07500900010	EXAME DE RETORNO AO TRABALHO	SV	207	207	48,65	10.070,55
009	07500900009	EXAME DEMISSIONAL	SV	108	108	48,65	5.254,20
010	07500900008	EXAME PERIÓDICO	SV	232	232	48,65	11.285,80
011	07500900012	EXAMES COMPLEMENTARES (HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA DE JEJUM, SOROLOGIA PARA HEPATITES B E C, VDRL, AUDIOMETRIA OCUPACIONAL, ENTRE OUTROS EXAMES CLÍNICOS DE APOIO EXIGIDOS PELO PCMSO)	SV	371	371	185,25	68.727,75
012	07500900014	GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DO EVENTO S-2220 (ESOCIAL)	SV	746	746	6,04	4.505,84
013	07500900015	GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DO EVENTO S-2240 (ESOCIAL)	SV	199	199	8,98	1.787,02
014	07500900013	VALIDAÇÃO TÉCNICA DE ATESTADOS MÉDICOS	SV	645	645	49,40	31.863,00
						<b>TOTAL GERAL:</b> <b>275.161,51</b>	